

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO E PROTEÇÃO DE DADOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO E PROTEÇÃO DE DADOS

DISCIPLINA:
TEORIAS DE DIREITOS HUMANOS E SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO
RESUMO
Nesta disciplina, nosso enfoque maior será na compreensão geral do que se entende por direitos humanos e qual a problemática existente em torno dos variados conceitos de direitos humanos
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS CLASSIFICAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS DIREITO DAS MINORIAS E OS DIREITOS HUMANOS: BREVES NOÇÕES
AULA 2 PRINCIPAIS DIREITOS PRINCIPAIS GARANTIAS E REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS A QUESTÃO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS E A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
AULA 3 TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS DO SISTEMA GLOBAL PROTETIVO OS ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU OS COMITÊS DE MONITORAMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU DIREITOS E DEVERES – O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL – TPI
AULA 4 SISTEMA EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS SISTEMA AFRICANO DE DIREITOS HUMANOS OUTROS SISTEMAS PROTETIVOS DIÁLOGO ENTRE TRIBUNAIS E A TEORIA DA FERTILIZAÇÃO CRUZADA
AULA 5 A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA) A COMISSÃO INTERAMERICANA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS A CORTE INTERAMERICANA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS O ACESSO DO INDIVÍDUO AO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS
AULA 6 OPINIÕES CONSULTIVAS DA CORTE IDH E DO BRASIL JURISPRUDÊNCIA DA CORTE IDH CONTRA O BRASIL CUMPRIMENTOS DA DECISÃO DA CORTE IDH ANÁLISE DE CASO: BRASIL E A LEI DA ANISTIA
BIBLIOGRAFIAS
- BONAVIDES, P. Curso de Direito Constitucional. 31. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2016. - BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988. - COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos direitos humanos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DISCIPLINA: DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
RESUMO
A denominação própria com o reconhecimento dos direitos fundamentais faz parte da história recente. As declarações de direitos no sentido atual do conceito apenas surgiram com as Revoluções Francesa e Americana, ampliando a eficácia de proteção aos direitos fundamentais. Uma constituição só é legítima quando se baseia sobre os direitos do homem, doutrinou Monnier. No mesmo sentido foi o magistério de Hauriou: pela declaração de direitos afirma o Estado, solenemente, que a conservação natural e imprescritível do homem é o fim de toda a associação política; e toda sociedade na qual não está assegurada garantia dos direitos fundamentais, não tem Constituição. (Maluf, 1995, p. 209) Foi esse o racional por trás da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, presente no corpo que deu origem à Constituição Francesa, em 1789, assegurando o direito à liberdade, à propriedade, à segurança, à resistência e à opressão (Ibidem).
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CATEGORIAS E FUNÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS TITULARES DE DIREITO LIMITES E COLISÕES PROPORCIONALIDADE E GARANTISMO AULA 2 DIREITO À IGUALDADE DIREITO À LIBERDADE DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA DIREITO DE PROPRIEDADE AULA 3 DIREITOS DO TRABALHADOR DIREITO À EDUCAÇÃO DIREITO À SAÚDE DIREITO À MORADIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL AULA 4 DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS PARTIDOS POLÍTICOS GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS, SOCIAIS E POLÍTICOS AULA 5 PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO JUDICIÁRIA ESTABILIDADE DOS DIREITOS SUBJETIVOS DIREITO À SEGURANÇA DIREITO À SEGURANÇA E REIVINDICAÇÃO DO ESTADO CONSTITUCIONAL AULA 6 REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS, AÇÕES E GARANTIAS HABEAS CORPUS (HC) HABEAS DATA MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E O MANDADO DE INJUNÇÃO
BIBLIOGRAFIAS

- FELDENS, L. Direitos fundamentais e direito penal: a constituição penal. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- LOPES JUNIOR, A. Direito processual penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
- MALUF, S. Teoria geral do Estado. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

DISCIPLINA:
DIREITO DIGITAL APLICADO

RESUMO

O massivo uso da rede mundial de computadores, ou de serviços como uma rede social que inúmeros problemas de ordem jurídica podem ocorrer: desde o início, seja na hora de contratar (concordar com os famosos termos de uso e de serviço), passando por vazamento de dados, exposição da privacidade e intimidade, furto ou roubo de senhas, fotos, documentos, cyberbullying, fake news, trollagem, stalking, tudo são riscos aos quais o usuário está sujeito e que podem trazer consequências de ordem socioambiental que têm o potencial de prejudicar os direitos de, às vezes, milhares de pessoas ao mesmo tempo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
MINERAÇÃO DE DADOS NO BIG DATA
MODELOS DE NEGÓCIOS NA INTERNET
O PAPEL DOS HUBS E LINKS NA INTERNET
UBERIZAÇÃO DA ECONOMIA

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRIVACIDADE E INTIMIDADE NA NUVEM
REDES SOCIAIS: O QUE SÃO?
PRINCIPAIS CLÁUSULAS DOS TERMOS DE USO E DE SERVIÇO EM REDES SOCIAIS
PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT

AULA 3

INTRODUÇÃO
A SOCIEDADE DE ALGORITMOS
VIESES DE ALGORITMOS
O "ROBÔ" COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA?
COMPLIANCE DE ALGORITMOS

AULA 4

INTRODUÇÃO
AS FAKE NEWS E AS BOLHAS INFORMACIONAIS
PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS DERIVADAS DO USO DA INTERNET
O DIREITO AO ESQUECIMENTO
NEUROMARKETING E VÍCIOS DE CONSENTIMENTO EM CONTRATOS ELETRÔNICOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA TRANSFERÊNCIA
O PAPEL DO KNOW-HOW NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
O PAPEL DO INPI NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

AULA 6

INTRODUÇÃO

O CONSENTIMENTO NO NEGÓCIO JURÍDICO DIGITAL E SOB A ÉGIDE DA LGPD
DIREITO À PRIVACIDADE E INTIMIDADE X DIREITO À LIVRE INICIATIVA
SANÇÕES DA LGPD: UM RISCO À ATIVIDADE EMPRESARIAL DE MINERAÇÃO DE DADOS?
O ATUAL CENÁRIO DO MERCADO DE ADEQUAÇÃO DA LGPD

BIBLIOGRAFIAS

- ANDERSON, C. A Cauda Longa: Do Mercado de Massa para o Mercado de Nicho. Rio De Janeiro: Elsevier, 2006
- ANDERSON, C.. Free: Grátis: O Futuro Dos Preços. Rio De Janeiro: Elsevier, 2009.
- ALÉM dos Games! Fortnite Foi O Fenômeno Cultural de 2018. UOL, 7 jan. 2019.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

RESUMO

Na era moderna, os ciclos de produção e consumo presentes em nossa economia estão cada vez mais velozes, a inovação tem sido muito presente e está vinculada ao sucesso, a qualidade dos produtos criados, o consumismo acelerado, o ritmo cada vez mais rápido, todo esse cenário torna as informações um ativo muito valioso. A disputa, e toda essa competição nesse novo contexto, estão muito dependentes do compartilhamento de informações entre os mais diversos atores, como fornecedores, produtores, parceiros, clientes, colaboradores, entre outros. Dentro desse aspecto, com todo esse mar de informações sendo criado diariamente por essas entidades, hoje não é mais possível estar participando dessa disputa por inovações e armazenar as informações geradas em cofres, armários, gavetas e trancá-las com chaves e segredos, desenvolver a acessibilidade e a disponibilidade de tudo isso é a maneira encontrada para se manter no páreo, quando falamos de instituições públicas, o governo torna o processo mais complexo. Existe uma série de princípios a serem respeitados, nossas legislações, proteção de dados, princípios de segurança e defesa nacional, as informações são toda a base para a operação e funcionamento das organizações, empresas, órgãos públicos, governo e demais entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HISTÓRIA E CONCEITOS

INTRODUÇÃO À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

ISO 15408

FAMÍLIA ISO 27000

ISO 31000

AULA 2

FRAMEWORKS DE GESTÃO E APOIO À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

INTRODUÇÃO À CRIPTOGRAFIA

HASH

CHAVE SIMÉTRICA E ASSIMÉTRICA

ASSINATURA E CERTIFICAÇÃO DIGITAL

AULA 3

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA

SEGURANÇA DE REDES

SEGURANÇA DE SOFTWARE

SEGURANÇA DE DADOS

AULA 4

ATAQUES À SEGURANÇA

TÉCNICAS DE MITIGAÇÃO E CONTRAMEDIDAS DE SEGURANÇA

CONTROLE DE ACESSO, AUTORIZAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO DO AUTHENTICATION, AUTHORIZATION AND ACCOUNTING (AAA)

INTRODUÇÃO À PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

AULA 5

BYOD E SANDBOX

SEGMENTAÇÃO DE REDE

SEGURANÇA DE NUVEM PRIVADA, PÚBLICA E MISTA

SEGURANÇA EM FOG CLOUD (IOT)

SEGMENTAÇÃO DE REDE PARA IOT, AUTENTICAÇÃO, REGISTRO E AUTORIZAÇÃO

AULA 6

PROXY

IDS/IPS

CONTROLE DE CONTEÚDO

PROTEÇÃO ANTIMALWARE

FIREWALL E FIREWALL DE NOVA GERA

BIBLIOGRAFIAS

- ALVES, D. Internet das Coisas (IoT): segurança e privacidade de dados pessoais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.
- BAARS, H. Foundations of Information Security: based on ISO 27001 and 27002. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.
- FRAGA, B. Técnicas de invasão: aprenda as técnicas usadas por hackers em invasões reais. São Paulo: Labrador, 2019.

DISCIPLINA:

DIREITO CIBERNÉTICO

RESUMO

Esta disciplina pretende apresentar a interdisciplinaridade do Direito com a informática, permitindo compreender relevantes interações com áreas específicas do Direito. Para tanto, analisaremos a lei de introdução às normas do Direito brasileiro e questões inerentes ao Direito Penal, Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito do Trabalho, trazendo conceitos e situações que contextualizam as referidas áreas com o uso da tecnologia da informação e comunicação. A escolha destas disciplinas jurídicas para o estudo decorre de grande relevância social e da presença de forte interação com as tecnologias da informação e comunicação, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

DIREITO PENAL

DIREITO CIVIL

DIREITO DO CONSUMIDOR

DIREITO DO TRABALHO

AULA 2

BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA INTERNET NO BRASIL

O CONTRATO ELETRÔNICO E O COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

A EXPANSÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

OS DESAFIOS JURÍDICOS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL
AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

AULA 3

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO MARCO CIVIL DA INTERNET
DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS
DA PROVISÃO DE CONEXÃO E DE APLICAÇÕES DE INTERNET
DA RESPONSABILIDADE POR DANOS DECORRENTES DE CONTEÚDO GERADO POR
TERCEIROS E DA REQUISIÇÃO JUDICIAL DE REGISTROS
A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

AULA 4

DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS
OS DADOS PESSOAIS E A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS BASEADO NA SEGURANÇA, NA BOA-FÉ E NA
TRANSPARÊNCIA
DOS DIREITOS DO TITULAR
A IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD: BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA
DE DADOS

AULA 5

PROTEÇÃO JURÍDICA NO EMPREENDEDORISMO DIGITAL
DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DE EMPRESAS STARTUPS
DOS RESULTADOS FINANCEIROS E DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS DA STARTUP
ASPECTOS JURÍDICOS DA STARTUP NO DIREITO DO TRABALHO
MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR

AULA 6

INTELIGÊNCIA HUMANA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E COMPORTAMENTOS TENDENCIOSOS
LIMITAÇÕES TECNOLÓGICAS E RISCOS SOCIOECONÔMICOS
A NÃO DISCRIMINAÇÃO COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS
A BUSCA PELA NEUTRALIDADE COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. DOU, Poder Executivo. Brasília/DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 4.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.
- GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro: volume 1: parte geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

DISCIPLINA:

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

RESUMO

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos.

Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD

OS FUNDAMENTOS DA LGPD

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CONSENTIMENTO DO TITULAR

LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

AULA 3

INTRODUÇÃO

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS

AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR

ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

AULA 5

INTRODUÇÃO

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL

ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

INTRODUÇÃO

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD

ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM

PRIVACIDADE

O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.

- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?>.

DISCIPLINA:
INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO
RESUMO
Esta disciplina aborda sobre as instituições de Direito Público e Privado estudando a Teoria Geral do Direito. Assim, vamos entender os conceitos básicos de Direito, iniciando pelo Direito Objetivo e Subjetivo, passando pelo Direito Público e Privado, e concluindo com o Direito Positivo e Natural. Veremos que embora o Direito, a Justiça e a Moral caminhem juntos, às vezes estes se distanciam bastante e chegam a provocar reações na sociedade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ORIGEM, FINALIDADE E CONCEITO DO DIREITO DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO – DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO DIREITO E MORAL: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS FONTES DO DIREITO INTEGRAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS
AULA 2 DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS PROIBIÇÕES CONSTITUCIONAIS PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES
AULA 3 DIREITO ADMINISTRATIVO: CONCEITO E PRINCÍPIOS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E ATO ADMINISTRATIVO LICITAÇÕES PÚBLICAS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AULA 4 DIREITO CIVIL. DIVISÃO. DIREITO DAS PESSOAS DIREITO DAS COISAS DIREITO DE FAMÍLIA DIREITO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATOS EM GERAL
AULA 5 DIREITO DO TRABALHO: INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS TRABALHISTAS RELAÇÃO INDIVIDUAL DO TRABALHO RELAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO SEGURIDADE SOCIAL
AULA 6 DIREITO DO CONSUMIDOR: INTRODUÇÃO DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO DE DANOS AO CONSUMIDOR DIREITO EMPRESARIAL

CAPACIDADE CIVIL E EMPRESARIAL

BIBLIOGRAFIAS

- BRANCATO, R. T. Instituições de direito público e de direito privado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BRANCHIER, A. S.; TESOLIN, J. D. D. Direito e legislação aplicada. Curitiba: Ibpx, 2004.
- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 set. 1942.

DISCIPLINA:

VISUALIZAÇÃO DE DADOS, MAPEAMENTO E NARRATIVAS

RESUMO

O uso constante das tecnologias na vida das pessoas é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de uma cultura contemporânea denominada cibercultura. Essa cultura pode ser considerada uma direta evolução da cultura técnica moderna marcada pelas tecnologias digitais (Lemos; Cunha, 2003). Essa evolução aconteceu porque o ambiente digital disponibiliza espaços de compartilhamento de informações e conhecimento que promovem a troca de ideias e interações; esse ambiente pode ser chamado de ciberespaço. Mesmo sendo um conceito amplamente estudado no meio acadêmico, a origem do termo ciberespaço se dá no livro de ficção científica Neuromancer, de William Gibson, em 1984, na busca de exemplificar um espaço onde bilhões de operadores legítimos em cada nação se conectam em tempo real e formam uma constelação de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO

O VALOR DOS DADOS E DA INFORMAÇÃO

REDES SOCIAIS E DADOS COLABORATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

FORMATOS DE VISUALIZAÇÃO DOS DADOS

INFOGRÁFICOS

DESIGN DA INFORMAÇÃO

SEMIÓTICA PARA O DESIGN DA INFORMAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

MÉTRICAS

INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO

DECISÕES BASEADAS EM DADOS

MAPEAMENTO DE DADOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS

ARMAZENAMENTO DE DADOS

BIG DATA

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

NARRATIVA DE DADOS
PROCESSO DE NARRATIVA DE DADOS
EXPERIÊNCIA NARRATIVA
NARRATIVA DE DADOS COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
GESTÃO DE DADOS EM MOMENTOS DE CRISE
REDES DE RELACIONAMENTO
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS NOVOS PRODUTOS
USOS DE DADOS EM DIFERENTES SETORES

BIBLIOGRAFIAS

- WORLD'S MOST VALUABLE BRANDS. Forbes. Report, 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com/the-worlds-most-valuable-brands>.
- SOUZA, M. V.; GIGLIO, K. (ed.). Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária. Editora Blucher, 2015.
- REYNOLDS, G.; STAIR, R. Principles of Information Systems. Cengage Learning, 2010.

DISCIPLINA:

RESPONSABILIDADE CIVIL - CIBERCRIMES

RESUMO

A responsabilidade civil está intimamente relacionada ao desenvolvimento da relação entre seres humanos. Isso porque a palavra responsabilidade carrega consigo uma ideia de reequilíbrio, a fim de se restituir ou ressarcir eventual prejuízo decorrente de um ato considerado como lesivo a outrem. Em outras palavras, quando um indivíduo vem a praticar uma ação ou omissão que cause danos a terceiros, ele deverá ser responsabilizado pelas consequências desse ato ou omissão, o que deverá fornecer novamente equilíbrio para a balança social. Sendo assim, responsabilidade é um fenômeno social.

AULA 1

EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL PURA
EVOLUÇÃO HISTÓRICA
PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL
EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL (EM PARALELO COM O DIREITO PENAL)

AULA 2

QUANTIFICAÇÃO DO DANO
RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL
RELAÇÃO DA INTERNET E DA TECNOLOGIA COM O DIREITO
CRIMES INFORMÁTICOS NO MUNDO

AULA 3

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – ART. 2º
ANÁLISE DOS INCISOS DO ART. 2º
PRINCÍPIOS DO MARCO CIVIL DA INTERNET – ART. 3º
IMPORTÂNCIA DA INTERNET – ART. 6

AULA 4

DIREITOS DO USUÁRIO DE INTERNET [PARTE 2]
PRIVACIDADE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO – ART. 8º
PROCESSO LEGISLATIVO EM CRIMES INFORMÁTICOS
PRINCIPAIS MÉTODOS INFORMÁTICOS QUE PODERÃO SER CONSIDERADOS CRIMES

AULA 5

PRIMEIRAS REFORMAS

CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES CIBERNÉTICOS

COMPETÊNCIA E LUGAR DO CRIME INFORMÁTICO

SURGIMENTO DA LEI N. 12.737 DE 2012 – LEI CAROLINA DIECKMANN

AULA 6

INVESTIGAÇÃO

INJÚRIA, CALÚNIA E DIFAMAÇÃO NA INTERNET

INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO

EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA

BIBLIOGRAFIAS

- ESUS, D. de. Manual de crimes informáticos. São Paulo: Saraiva, 2016.
- RAMIDOFF, M. L. Stalking: atos persecutórios obsessivos ou insidiosos: Lei Maria da Penha (11.340/2006), Lei Antibullying (13.185/2015) e Reforma Penal. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2017.
- SILVA, A. R. I. da (Org.). Crimes cibernéticos: racismo, cyberbullying, deep web, pedofilia e pornografia infantojuvenil, infiltração de agentes por meio virtual, obtenção de provas digitais, nova Lei Antiterrorismo, outros temas. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

DISCIPLINA:

MARCO CIVIL DA INTERNET

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A FACE OCULTA DA INTERNET

OS RISCOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A ERA DA VIGILÂNCIA DIGITAL

REGULAMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

AULA 2

A REGULAMENTAÇÃO DA INTERNET NO BRASIL E O MARCO CIVIL DA INTERNET

A NEUTRALIDADE DA REDE

A INIMPUTABILIDADE DA REDE

A PRIVACIDADE NA REDE

AULA 3

A REGULAMENTAÇÃO DA INTERNET NO BRASIL E O MARCO CIVIL DA INTERNET

A NEUTRALIDADE DA REDE

A INIMPUTABILIDADE DA REDE

A PRIVACIDADE NA REDE

AULA 4

FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA PRIVACIDADE

PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE NO MARCO CIVIL DA INTERNET

CONFLITO ENTRE O DIREITO À PRIVACIDADE E O DIREITO À INFORMAÇÃO

DIREITO AO ESQUECIMENTO

AULA 5

FUNDAMENTOS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A FIGURA DO “PROVEDOR”

RESPONSABILIZAÇÃO DOS PROVEDORES
REMOÇÃO DE CONTEÚDO DA INTERNET

AULA 6

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ATO ILÍCITO
A QUESTÃO DO ÔNUS DA PROVA NA INTERNET
PROBLEMAS DE JURISDIÇÃO NA INTERNET
CRIMES DIGITAIS NA INTERNET

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROTEÇÃO INTEGRAL PARA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE
NO BRASIL

RESUMO

A gestão das políticas públicas para a área da Infância e Adolescência aborda questões que vão muito além da visão de senso comum que a sociedade tem. É preciso entender esse campo de embate entre a visão que a sociedade tem e a visão de gestão. As duas juntas podem garantir a eliminação do senso comum. Não podemos esquecer que as perspectivas teóricas e a gestão das políticas públicas para a infância e adolescência estão diretamente relacionadas aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – o ECA (Brasil, 1990). É com certeza desafiante entender as políticas públicas para a gestão da infância e da adolescência se não soubermos o que significa e se não tivermos conhecimentos a respeito da Doutrina da Proteção Integral como pilar fundante do ECA, e por consequência de suas perspectivas. Ou seja, os conteúdos desta disciplina, tratam de compreender a doutrina, compreender o ECA, a partir da proteção integral e de todos os atores sociais envolvidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO
ECA: POLÍTICAS SOCIAIS E JURÍDICAS
SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS
POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

AULA 2

OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DA RODA DOS
EXPOSTOS AO ECA
O ECA E A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL
ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: QUEM SÃO ELES?
A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL E A EDUCAÇÃO PARA DIREITOS HUMANOS
PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AULA 3

BRASIL COLÔNIA E A CRIANÇA
A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
DESENVOLVIMENTO HUMANO
ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE

AULA 4

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES

ESPAÇOS DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

AULA 5

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)

CONSELHO TUTELAR: O QUE É

CONSELHO TUTELAR: HISTÓRIA

CONSELHO TUTELAR: LEGISLAÇÃO

AULA 6

PODER JUDICIÁRIO

VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

MINISTÉRIO PÚBLICO

DEFENSORIA PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, jul. 2002.
- NOGUEIRA, F. do A. Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 139 p. Dissertação (Mestre em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

RESUMO

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e o conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPORTADA POR TIC

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL

SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

AULA 2

GESTÃO DE RISCOS

OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS

TRATAMENTO DOS RISCOS

GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

AULA 3

ÁREAS DE CONTROLE

CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

AULA 4

CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA
CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA
ASSINATURA DIGITAL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

AULA 5

MONITORAMENTO DE TRÁFEGO
REDES PRIVADAS
MALWARE
INVASÃO DE PRIVACIDADE

AULA 6

GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO
PRINCÍPIOS ÉTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- KIM, D. Fundamentos de segurança de sistemas de informação. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- KOLBE Jr. A. Sistemas de segurança da informação na era do conhecimento. Curitiba: InterSaberes, 2017.